


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0009728-31.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **RODRIGO MAURO LOURENÇO**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Antonio Benedito Morello**
VISTOS

O réu **RODRIGO MAURO LOURENÇO** foi condenado neste processo à pena de 3 meses e 15 dias de prestação de serviços à comunidade por ter infringido o artigo 28 da Lei 11.343/06. Permaneceu preso cautelarmente de 20/9/2014 até 07/01/2015 (fls. 156), que corresponde a 3 meses e 17 dias.

Deve ser aplicada neste caso, por analogia, a detração prevista no artigo 42 do Código Penal, extinguindo-se a reprimenda pelo seu integral cumprimento, como já reconheceu o douto Promotor de Justiça (fls. 184).

Com efeito, se a detração é permitida em casos de pena privativa de liberdade, que é mais grave, com mais razão deve ser aplicada a uma pena restritiva de direito isoladamente aplicada, significativamente mais branda.

Nesse sentido:

“Pena restritiva de direitos: É impossível aplicar o instituto da detração quando a pena privativa de liberdade do réu foi convertida em restritiva de direitos. Embora o art. 42 do CP não faça alusão expressa às penas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-648

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

restritivas de direitos, seria um contrassenso admitir a detração com relação à pena mais grave, e negá-la nos casos mais brandos em evidente afronta à equidade e à sistemática do Código Penal” (TACrSP, HC 448.586/5, j. 11.9.2003, Bol. IBCCr 135/776).

Posto isto, verificando que o réu permaneceu preso por tempo superior ao período da pena de prestação de serviços à comunidade que foi aplicada, **declaro-a extinta pelo integral cumprimento** devido à detração analogicamente operada.

Façam-se as anotações e comunicações.

P. R. I.

São Carlos, 26 de julho de 2016.

ANTONIO BENEDITO MORELLO
JUIZ DE DIREITO

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**